

MEMÓRIA PÚBLICA COMPARADA DA EMANCIPAÇÃO E DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO: ABRAHAM LINCOLN E PRINCESA ISABEL

Ana Lucia Araujo

Desde os anos 1980, a memória pública da escravidão vem emergindo em diferentes países das Américas, Europa e África que participaram ativamente do comércio atlântico de escravos. Apesar do importante número de iniciativas, incluindo a construção de monumentos, abertura de museus e a criação de diversos memoriais, a inscrição da memória do passado escravista no espaço público atlântico continua sendo uma questão problemática em países como Brasil e Estados Unidos. Se no curso dos últimos vinte anos a memória pública dos homens e mulheres escravizados que se revoltaram contra o cativeiro adquire cada vez mais visibilidade no espaço público das Américas em geral e do Brasil e dos Estados Unidos em particular, principalmente em projetos para a criação de monumentos em homenagem aos afrodescendentes que se revoltaram contra o sistema escravista, como Denmark Vesey e Zumbi dos Palmares, muitas iniciativas têm como objetivo comemorar a memória dos governantes brancos que ficaram imortalizados por assinarem as leis que aboliram a escravidão nos dois países. Tal realidade também é visível no contexto do mundo atlântico onde monumentos, memoriais, praças e escolas celebram figuras como Victor Schoelcher, William Wilberforce, Abraham Lincoln e a princesa Isabel Cristina de Bragança, com destaque no espaço urbano de cidades da Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil.

Com o intuito de comparar as iniciativas comemorando a proclamação da emancipação nos Estados Unidos e a abolição da escravatura no Brasil, este artigo examina como as representações de Abraham Lincoln (1809-1865), autor da proclamação da emancipação de 1863 nos Estados Unidos, e da princesa Isabel de Bragança e Bourbon (1846-1921), que assinou a Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil, se articulam no espaço público de ambos os países. A primeira parte deste texto contextualiza a discussão da memória da escravidão no Brasil

e nos Estados Unidos, colocando em evidência sua recente valorização na esfera pública. A segunda parte contextualiza e discute as narrativas da abolição no Brasil e nos Estados Unidos, mostrando as mudanças e continuidades nos discursos em voga nos dois países. O artigo examina e compara alguns monumentos e memoriais sobre a abolição nos dois países que destacam as figuras de Lincoln e Isabel. Também mostra que, apesar dos vários movimentos de afirmação cultural e de reivindicação de direitos civis das populações afro-brasileiras e afro-americanas, muitos obstáculos ainda impedem a criação de monumentos públicos que relembrem o passado escravista do Brasil e dos Estados Unidos. No entanto, há pelo menos duas décadas o Brasil tem revisto a visão paternalista da abolição como um presente da princesa Isabel. Já no caso norte-americano, embora as iniciativas oficiais dos últimos vinte anos reconheçam o passado escravista na esfera pública, incluindo a criação de memoriais, monumentos e exposições, Lincoln ainda permanece como uma figura central na narrativa da abolição da escravidão no país.

Memória pública da escravidão

Durante o período do comércio atlântico de escravos, mais de 10 milhões de africanos desembarcaram nas Américas¹. Conforme as estimativas recentes da *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, o Brasil importou cerca de 5 milhões de africanos, e os Estados Unidos importaram cerca de 250 mil indivíduos. Enquanto o Brasil foi o local de desembarque de praticamente 50% do total de cativos africanos, o número levado para os Estados Unidos corresponde a 2,5% de africanos escravizados transportados para as Américas. Apesar das diferenças que separam a história da escravidão e do comércio de escravos no Brasil e nos Estados Unidos, no curso dos últimos vinte anos ambos os países testemunharam a emergência da memória pública da escravidão. Como então explicar o surgimento dessa memória no espaço público desses dois países?

Desde os anos 1960, historiadores norte-americanos e europeus tentaram estabelecer estimativas do número de indivíduos que embarcaram nas costas africanas e desembarcaram nos portos das Américas. Havia o interesse relativo ao número de africanos exportados e importados durante o comércio atlântico de escravos, mas a maioria dos historiadores não se interessava em descrever e analisar as experiências vividas dos indivíduos escravizados. Sendo a memória

1. David Eltis et al., *The Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages*. Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em: 13 fev. 2014.

estritamente vinculada à experiência, muitos historiadores não prestavam atenção às diferentes formas por meio das quais os descendentes dos escravizados relembavam nas esferas privada e pública o passado escravista, tampouco como os descendentes de escravos reconstruíam a herança de seus antepassados. Mesmo se durante as últimas cinco décadas os historiadores se debruçaram sobre as fontes de arquivo que oferecem pistas da experiência vivida pelas populações escravizadas, a maioria não estabeleceu relações entre o passado escravista e as condições sociais de seus descendentes, que nas sociedades pós-escravistas eram geralmente associados aos seus ancestrais não somente devido à cor da pele ou outras características físicas mas também por continuarem a ocupar uma posição de exclusão social.

Como processo coletivo, a memória é não somente uma forma de reconstrução do passado no tempo presente, como formulou Maurice Halbwachs, mas também uma maneira de “de expressar a responsabilidade dos erros do passado de uma comunidade e de criar e preservar um registro destes erros”. Depois do final da Segunda Guerra Mundial, com a gradual emergência da memória do holocausto encabeçada pelos sobreviventes dos campos de concentração e extermínio, a memória do comércio atlântico de escravos também começa a despontar. A reconstrução do passado escravista, além de ter sido acompanhada pelo movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, também estava em sintonia com a luta contra o *apartheid* na África do Sul e as lutas pela independência na África. Em vários aspectos, esses três diferentes movimentos associaram o passado escravista e o passado colonial às profundas desigualdades raciais e sociais às quais estavam sujeitas as populações de origem africana.

Enquanto, desde os anos 1930, houve um esforço oficial nos Estados Unidos no sentido de coletar centenas de testemunhos de antigos escravos no âmbito do Federal Writers' Project, o Brasil não conheceu nenhum projeto parecido. Nos anos 1930, a memória e o patrimônio da escravidão, cujo fim ainda era bastante recente no Brasil, só tinha visibilidade em festivais religiosos afro-brasileiros ou nos desfiles de carnaval, que, durante o governo Vargas, começaram a adquirir um caráter oficial³. Nos anos 1950, a memória pública da escravidão brasileira começou a ser disseminada por produções cinematográficas e televisivas. Um dos primeiros filmes brasileiros a retratar o período da escravidão no Brasil foi

2. Ver Maurice Halbwachs, *La mémoire collective*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950; e Jeffrey Blustein, *The Moral Demands of Memory*, New York, Cambridge University Press, 2008, p. 19.

3. Desenvolvo essa questão em Ana Lucia Araujo, “Slavery, Royalty and Racism: Representations of Africa in Brazilian Carnival”, *Ethnologies: Figures Noires/Black Diasporas*, número especial organizado por Francine Saillant e Pedro Simonard, vol. 31, n. 2, pp. 131-167, 2010.

Sinhá Moça (1953), o qual teve importante repercussão em festivais internacionais de cinema, ganhando em 1954 menção especial no Festival de Filmes de Veneza e o Urso de Prata no Festival Internacional de Filmes de Berlim. Também a partir dos anos 1950 e durante os anos 1960, vários desfiles da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro tiveram como tema questões ligadas à escravidão, incluindo o Navio Negreiro (1957), Quilombo dos Palmares (1960), Chica da Silva (1963) e Chico Rei (1964).

Durante a década de 1960, com a ascensão do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, a questão da escravidão começou a ter mais visibilidade no espaço público. No Brasil, a partir de 1964, durante a ditadura militar e a supressão dos direitos civis, os ativistas do movimento negro começaram a questionar formalmente a ideologia da “democracia racial”. Nesse contexto, o movimento afro-americano pelos direitos civis inspirou direta e indiretamente os movimentos de afirmação cultural afro-brasileiros, assim como a atuação dos ativistas do movimento negro brasileiro, entre os quais Abdias Nascimento (1914-2011), que se exilou nos Estados Unidos durante o regime militar.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, os fatores que contribuíram para a visibilidade da escravidão a partir dos anos 1960 não foram iniciativas oficiais ou monumento públicos, mas romances e produções televisivas. Entre 1969 e 1970, a Rede Globo de Televisão, fundada em 1965, transmitiu a telenovela *A Cabana do Pai Tomás*, baseada no romance norte-americano *Uncle Tom's Cabin* (1852) de Harriet Beecher Stowe, que já tinha dado lugar a um filme de mesmo título lançado nos Estados Unidos em 1909⁴. Embora nessa época o Brasil fosse internacionalmente conhecido por ser um país onde supostamente reinavam relações raciais harmoniosas, enquanto os Estados Unidos era o país onde predominava a segregação e a violência raciais, na novela brasileira o personagem do Pai Tomás foi interpretado por Sérgio Cardoso, um ator branco que usou a *blackface* como recurso para se tornar negro.

Em 1976, outra importante produção televisiva brasileira também teve destaque na promoção da memória pública da escravidão no Brasil. A telenovela *A Escrava Isaura*, baseada no romance homônimo de Bernardo Guimarães, publicado em 1875, retratava a vida de Isaura, uma escrava doce, submissa e sofredora. Isaura, cuja aparência física e personalidade eram diferentes das dos outros escravos da novela, foi interpretada por Lucélia Santos, uma atriz branca. Por essa escolha, não somente foi negado o papel central da novela a uma atriz

4. Harriet Beecher Stowe, *Uncle Tom's Cabin; or, Life Among the Lowly*, Boston/Cleveland, John P. Jewett & Company, and Jewett, Proctor & Worthington, 1852.

negra, mas também se criou uma confusão entre os telespectadores, que poderiam concluir que tinha havido escravos brancos no Brasil⁵.

Em 1976, a publicação de *Roots: The Saga of an American Family* (*Raízes: a Saga de uma Família Americana*), do escritor afro-americano Alex Haley, teve grande impacto na visibilidade da memória da escravidão não somente nos Estados Unidos, mas também no resto das Américas⁶. No romance, Haley narra a história de Kunta Kinte que, segundo ele, seria seu ancestral africano trazido para os Estados Unidos na segunda metade do século XVIII. No ano seguinte, o livro foi adaptado para a televisão em uma minissérie de oito capítulos transmitida no mês de janeiro pela rede de televisão ABC (American Broadcasting Company). No fim da década de 1970, a mesma série, traduzida como *Raízes*, foi exibida no Brasil pela Rede Globo e também fez um grande sucesso.

Em meados de 1975, os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, que desde os anos 1960 eram transmitidos em *flashes* pela televisão em preto e branco, passaram a ter uma maior repercussão nacional, pois começaram a ser exibidos integralmente ao vivo e em cores. Em 1976, a escola Salgueiro mais uma vez representou a escravidão no desfile cujo tema foi o cais e mercado de escravos Valongo, na antiga área portuária do Rio de Janeiro, onde, até 1831, milhares de escravos foram desembarcados. Em 1978, durante a abertura política do regime militar, a luta contra o racismo culmina com a criação do Movimento Negro Unificado na cidade de São Paulo⁷. No entanto, no caso brasileiro, foi só a partir da metade dos anos 1980, perto do término da ditadura militar, que a memória pública da escravidão passou a se tornar mais visível por meio de iniciativas oficiais. Em 1988, o centenário da abolição da escravidão no Brasil foi marcado pela aprovação da nova Constituição brasileira, que reconheceu o racismo como crime – mesmo se a aplicação da lei ainda hoje se faça com dificuldade. Na esfera acadêmica, o ano do centenário marcou uma reviravolta nos estudos acadêmicos sobre a escravidão, com a organização de simpósios e publicação de muitos livros examinando fontes e aspectos pouco conhecidos da história da escravidão brasileira. No âmbito político, combinou-se a esse novo contexto, que emergiu com a redemocratização, os pedidos de ações compensatórias, incluindo não somente as ações afirmativas para as populações afro-brasileiras, mas também o desenvolvimento de atividades para preservar e promover a memória pública da escravidão.

5. Bernardo Guimarães, *A Escrava Isaura*, Rio de Janeiro, Casa Garnier, 1875. Sobre o racismo nas telenovelas brasileiras, ver Joel Zito Araújo, *A Negação do Brasil: o Negro na Telenovela Brasileira*, São Paulo, Senac, 2000.

6. Alex Haley, *Roots: the Saga of an American Family*, Garden City, Doubleday, 1976.

7. Kia Lilly Caldwell, *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship and the Politics of Identity*, New Jersey, Rutgers University Press, 2007, p. 45.

Apesar de alguns avanços, até o fim dos anos 1980, o reconhecimento oficial da escravidão no espaço público continuava a ser um problema tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Em 1989, em uma entrevista, a escritora afro-americana Toni Morrison declarava que seu romance *Amada*, publicado em 1987, era um lugar de memória da escravidão, por conta da ausência de marcadores históricos no espaço público para lembrar essa tragédia:

Não existe lugar que eu ou você possamos ir, pensar ou não pensar, para convocar as presenças de, ou lembrar as ausências de escravos [...]. Não há memorial adequado, ou placa, ou grinalda, ou parede, ou parque, ou átrio de arranha-céu. Não há torre de 300 metros, não há pequeno banco à beira da estrada. Não há nem mesmo uma árvore marcada, uma inicial que eu possa visitar ou você possa visitar em Charleston ou Savannah, Nova York ou Providence, ou melhor ainda, nas margens do Mississipi. E porque tal lugar não existe [...] o livro teve que existir⁸.

Em 1991, durante uma escavação para a construção de um edifício em Nova York, foram encontradas milhares de esqueletos de homens, mulheres e crianças. O sítio era um antigo cemitério e hoje estima-se que foram ali enterrados, entre fins dos séculos XVII e XVIII, cerca de quinze mil homens, mulheres e crianças africanos livres e escravizados. Apesar da importância do sítio, situado a um quilômetro do antigo prédio do World Trade Center, sua visibilidade foi bastante afetada a partir de 2001, com os atentados do 11 de Setembro. Só em 2006, a partir de um longo trabalho de investigação sobre os restos mortais encontrados no sítio arqueológico, que o *African Burial Ground* (cemitério africano) se tornou monumento nacional⁹. Como parte do processo de valorização e promoção do sítio foram ali construídos um memorial e um centro de visitantes abrigando uma exposição permanente com o intuito de comemorar a presença africana na cidade e disseminar a história do projeto arqueológico mais importante já empreendido nos Estados Unidos. Ainda assim, o transeunte que passar por ali e perguntar a alguém, seja branco ou negro, onde fica o monumento cemitério africano, será certamente dirigido ao Ground Zero, onde hoje se encontra o memorial do World Trade Center.

8. Entrevista com Toni Morrison, *The World*, 1989. Ver Toni Morrison, *Beloved*, New York: Alfred Knopf, 1987. O livro foi traduzido no Brasil por Evelyn Kay Massaro, no mesmo ano: *Amada*, São Paulo, Best Seller, 1987.
9. See Edna G. Medford (org.), *Historical Perspectives of the African Burial Ground: New York Blacks and the Diaspora*, Washington, Howard University Press, 2009, vol. 3. Johanna C. Kardux, "Slavery, Memory, and Citizenship in Transatlantic Perspective", em Derek Rubin e Jaap Verheul (org.), *American Multiculturalism After 9/11: Transatlantic Perspectives*. Amsterdam, Amsterdam University Press, 2009, pp. 165-180.

Em 1996, uma escavação arqueológica em uma residência da rua Pedro Ernesto, número 36 (antiga rua do Cemitério), no bairro da Gamboa no Rio de Janeiro, revelou a existência de um cemitério contendo dezenas de ossos de africanos. O achado era parte do chamado cemitério dos Pretos Novos, situado perto do cais e mercado do Valongo, onde milhares de escravos foram desembarcados entre 1780 e 1831, durante o período em que o comércio de escravos ainda era legal no Brasil. Somente entre 1824 e 1830, quando o Cemitério dos Pretos foi fechado devido à proibição oficial do comércio de escravos para o Brasil, mais de 6 mil africanos foram enterrados numa vala comum naquele lugar¹⁰. Apesar das numerosas descrições do cais e do mercado do Valongo, sua exata localização permaneceu desconhecida durante quase um século¹¹. Em 1843, o cais foi reformado e rebatizado como cais da Imperatriz para receber a imperatriz Teresa Cristina, que chegou ao Brasil naquele mesmo ano para se casar com o imperador D. Pedro II. Os trabalhos de renovação e o novo nome dado ao cais tinham como objetivo apagar o passado escravista do sítio, substituindo-o por uma memória comemorativa da monarquia brasileira¹². Em março de 2011, como parte do projeto Rio de Janeiro: Porto Maravilha, que visa a recuperar o antigo porto da cidade tendo em vista a Copa do Mundo da Fifa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma série de obras de drenagem foram iniciadas na região do porto¹³. Por ocasião de sua obra, as ruínas do cais do Valongo foram enfim redescobertas. Durante as escavações foram recuperados centenas de artefatos africanos, entre eles cachimbos de cerâmica, búzios utilizados em cerimônias religiosas e botões feitos de ossos de animais. Na época, o prefeito Eduardo Paes reagiu à descoberta dizendo que o Valongo era as nossas "ruínas romanas", certamente esquecendo que na grandiosa Roma também havia escravos. O prefeito

10. Sobre o Cemitério dos Pretos Novos, ver Portal Arqueológico dos Pretos Novos. Disponível em: www.pretosnovos.com.br. Acesso em: 13 fev. 2014. Ver também o documentário de André Cicalo, *Memories on the Edge of Oblivion*, 2010. Disponível em: <https://vimeo.com/41609298>. Acesso em: 13 fev. 2014.

11. Vários viajantes descreveram o Valongo. Ver Maria Callcot, *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during 1821, 1822, 1823*, London, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1824. Disponível em: www.gutenberg.org/etext/21201. Acesso em: 13 fev. 2014; Robert Walsh, *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, London, F. Westley and A.H. Davis, 1830, pp. 323-324; Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, Paris, Firmin-Didot Frères, 1834-1839, vol. 2, prancha 23. Entre os estudos recentes sobre o Valongo, ver Jaime Rodrigues, *De Costa a Costa: Escravos, Marinheiros e Intermediários do Tráfico Negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, capítulo 9, e Cláudio de Paula Honorato, *Valongo: o Mercado de Escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831*, dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

12. Jaime Rodrigues, *op. cit.*, p. 298.

13. Ver Porto Maravilha. Disponível em: www.portomaravilhario.com.br/. Acesso em: 13 fev. 2014. Um vídeo do projeto está disponível em: <http://vimeo.com/8096894>. Acesso em: 13 fev. 2014.

prometeu a criação de um memorial na zona portuária para expor os achados¹⁴. Em agosto de 2012, a primeira fase do projeto foi concluída. O sítio do antigo cais se tornou, assim, um lugar de memória oficial do tráfico atlântico de escravos. Vários painéis foram colocados no local, prestando homenagem aos milhares que ali desembarcaram e explicando sua história. A comunidade da Gamboa e diferentes grupos ligados ao movimento negro e à preservação do patrimônio afro-brasileiro aos poucos vão se apropriando desse espaço público, que também adquire uma dimensão sagrada.

A partir dos anos 1990, as diversas formas de comemoração e os projetos oficiais para promover a memória da escravidão se tornaram mais visíveis na Europa, África e nas Américas. Os debates que se desenvolveram tendo como ponto de partida a celebração dos quinhentos anos da chegada de Colombo nas Américas levaram a Unesco a criar o projeto A Rota do Escravo. Iniciado em 1994, o processo surgiu da necessidade de discutir não somente o impacto da escravidão e do comércio de escravos no continente africano, mas também suas repercussões entre as populações afrodescendentes de todo o mundo. O projeto passou a promover programas educativos, científicos e na área do turismo, tendo como enfoque o comércio atlântico de escravos. Essa onda memorial teve impacto importante tanto no Brasil como nos Estados Unidos, onde aos poucos um número crescente de monumentos e memoriais foi construído.

Nos anos seguintes, outras iniciativas foram desenvolvidas nos Estados Unidos, embora nenhuma delas de caráter nacional. Apesar disso, a discussão do passado escravista do país nunca esteve tão em voga como a partir de 2007-2008, quando foi comemorado o bicentenário da abolição do comércio de escravos britânico e estadunidense. Naquele mesmo ano, o assunto também ganhou destaque durante a campanha eleitoral presidencial dos Estados Unidos. Em um discurso pronunciado em Berlim durante sua campanha presidencial, Barack Obama se referiu ao seu avô queniano como um herdeiro do passado colonial: "Meu pai cresceu conduzindo rebanhos de cabras no Quênia. Seu pai - meu avô - era um cozinheiro, um empregado doméstico dos britânicos"¹⁵. Em outro discurso, o então candidato à presidência dos Estados Unidos também evocou a ancestralidade escrava de sua esposa, Michelle Obama, cujo tataravô, nascido por volta

14. Ver R. Daflon, "Ruínas nos Subterrâneos do Porto Maravilha: Escavações de obra de drenagem da Zona Portuária encontram restos do cais da Imperatriz e do Valongo", *O Globo*, 1º mar. 2011, Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escavacoes-de-obra-de-drenagem-da-zona-portuaria-encontram-restos-dos-cais-da-imperatriz-do-2816387>. Acesso em: 13 fev. 2014.

15. Barack Obama, "A World That Stands as One", Berlim, 24 jul. 2008, em *Barack Obama, Change We Need*. Disponível em: <http://my.barackobama.com/page/content/berlinvideo>. Acesso em: 13 fev. 2014.

de 1850, foi até o momento da Guerra Civil escravo em uma plantação de arroz na Carolina do Sul: "Sou casado com uma afro-americana que carrega dentro dela o sangue de escravos e proprietários de escravos"¹⁶. A eleição de Obama em 2008 teve uma repercussão significativa para a promoção da história da escravidão e da população afro-americana dos Estados Unidos. Como primeiro presidente negro dos Estados Unidos, sua eleição transcendeu a esfera nacional, dando esperança para as populações afrodescendentes de todo o mundo. Apesar disso, nos últimos quatro anos a possibilidade de construir um museu especialmente dedicado à escravidão nos Estados Unidos que ocupasse o National Mall (Esplanada Nacional) em Washington continua longe de ser concretizada por falta de apoio financeiro e político. Alguns ainda consideram que mostrar imagens da escravidão em espaços públicos poder ter um impacto negativo na autoestima das populações afro-americanas, enquanto outros avaliam que a escravidão é um assunto do passado e que não cabe colocá-la em destaque na Esplanada Nacional, próximo de outros memoriais e monumentos que celebram a nação. Contudo, em 2011, o memorial em homenagem a Martin Luther King Jr., cuja construção havia sido aprovada em 1996 pelo presidente Bill Clinton, foi enfim inaugurado em Washington. O memorial está localizado na beira do Tidal Basin, em frente ao Memorial Thomas Jefferson, a alguns passos do Memorial Franklin Delano Roosevelt e a quinhentos metros do Memorial Lincoln, onde Martin Luther King Jr. pronunciou seu famoso discurso "I Have a Dream" ("Eu Tenho um Sonho"), em 1963. Em fevereiro de 2012, a construção do National Museum of African American History (Museu Nacional de História Afro-americana) foi iniciada na Esplanada Nacional, marcando enfim o reconhecimento da história negra como componente fundamental da história da nação norte-americana.

Memória pública da emancipação e da abolição

Durante as muitas décadas em que a escravidão existiu no Brasil e nos Estados Unidos, a memória da captura, da migração forçada, do trabalho extenuante, dos castigos físicos, dos abusos sexuais e da separação de entes queridos ficou essencialmente restrita à esfera privada ou, quando muito, foi retratada na literatura, no carnaval ou em produções televisivas e cinematográficas. Mas a memória da proclamação da emancipação nos Estados Unidos (1º de janeiro de 1863) e da aprovação da Lei Áurea no Brasil (13 de Maio de 1888), personificadas nas figuras de Abraham Lincoln, o Grande Emancipador, e da princesa Isabel,

16. *Idem*, "A More Perfect Union", Filadélfia, 18 mar. 2008, em *Barack Obama, Change We Need*. Disponível em: www.barackobama.com/2008/03/18/remarks_of_senator_barack_obam_53.php. Acesso em: 13 fev. 2014.

a Redentora, foram incorporadas ao espaço público dos dois países logo após se tornarem efetivas. Essa inserção se realizou gradualmente e em dois níveis distintos. O primeiro foi por meio da transmissão da experiência da emancipação dos libertos aos seus descendentes; o segundo foi através da criação de imagens, cartazes, cédulas e selos comemorativos, objetos e monumentos públicos oficiais celebrando não a nova liberdade dos antigos escravizados, mas o Grande Emancipador Lincoln e a Redentora Isabel. Logo após a proclamação da emancipação e a assinatura da Lei Áurea, as populações negras dos dois países, principalmente os cerca de 3 milhões de escravizados afetados pelo decreto nos Estados Unidos e os cerca de 700 mil indivíduos que deixaram de ser escravos no Brasil, passaram a celebrar Lincoln e Isabel.

Lincoln, o Grande Emancipador

No caso dos Estados Unidos, a oficialização da abolição da escravidão se deu somente com a entrada em vigor da 13ª emenda da Constituição em dezembro de 1865. No entanto, a proclamação da emancipação nos Estados Confederados do Sul - Arkansas, Texas, Alabama, Carolina do Sul, Carolina do Norte, Flórida, Geórgia, Mississipi, Louisiana e Virgínia, estes dois últimos com algumas exceções -, com data de 22 de setembro de 1862, mas que entrou em vigor apenas em 1º de janeiro de 1863, foi portadora de um grande aspecto simbólico. O texto do decreto de Lincoln foi amplamente publicado em jornais e lido pelos soldados da União a centenas de escravos que viviam nos Estados Confederados. Além disso, o decreto de Lincoln logo foi popularizado por meio de representações visuais. Uma das primeiras imagens oficiais relacionadas à proclamação é a pintura *Primeira Leitura da Proclamação de Emancipação do Presidente Lincoln* (1864), realizada pelo artista Francis Bicknell Carpenter (1830-1900), representando o presidente americano lendo a proclamação pela primeira vez para o seu gabinete de ministros em 1862¹⁷. Após finalizada, a pintura foi exposta para um público restrito no salão leste da Casa Branca, mas logo depois foi disseminada através de uma reprodução litográfica, feita pelo gravador Alexander Hay Ritchie (1822-1895). Apesar do sucesso, a pintura ficou sob posse do artista, que depois de fazer uma longa campanha teve a tela comprada por um benfeitor que a doou ao Congresso Nacional em 1877¹⁸.

17. Trata-se da pintura *First Reading of the Emancipation Proclamation of President Lincoln*, óleo sobre tela, 274,3 x 457,2 cm, Capitólio dos Estados Unidos, Washington. Sobre a pintura, ver, Louis P. Masur, "The Painter and the President", *New York Times*, 25 jul. 2012. Disponível em: <http://opinionator.blogs.nytimes.com/2012/07/25/the-painter-and-the-president>. Acesso em: 13 fev. 2014.

18. Em 1963, para comemorar o centenário da proclamação da emancipação, um selo comemorativo reproduzindo a pintura de Carpenter foi emitido pelos correios americanos.



FIG. 1. *Lendo a Proclamação da Emancipação* (*Reading the Emancipation Proclamation*). Litogravura de J. W. Watte baseada em um desenho de H. W. Herrick, Hartford, CT, Lucio Stebbins, 1864.

Em 1864, uma litogravura intitulada *Lendo a Proclamação da Emancipação* (figura 1), representando a leitura da proclamação da emancipação de 1863, também se tornou muito popular¹⁹. No entanto, a personagem central da imagem não é Lincoln, mas um soldado da União, que, no interior de uma casa humilde, lê a proclamação para uma família de escravizados de várias gerações, que comemora a notícia com alegria, surpresa e gratidão, como exprime uma das personagens femininas, que, junto de seus dois filhos, é representada ajoelhada e com as mãos juntas em agradecimento ao soldado portador da boa-nova²⁰. Se Lincoln não aparece na imagem principal, seu rosto foi representado na margem branca inferior da litogravura original, que também contém o título da gravura.

Ver Marcus Wood, *The Horrible Gift of Freedom: Atlantic Slavery and the Representation of Emancipation*, Atlanta, University of Georgia Press, 2010, pp. 219-220.

19. Trata-se da litogravura *Reading the Emancipation Proclamation*, de J. W. Watte, baseada em um desenho de H. W. Herrick, Hartford, Lucio Stebbins, 1864.
20. Sobre as imagens de escravos gratos e ajoelhados, ver Jeffrey Kerr-Ritchie, "Slaves Suppliant and Slaves Triumphant: The Middle Passage of An Abolitionist Icon", em Ana Lucia Araujo, *Paths of the Atlantic Slave Trade: Interactions, Identities, and Images*, Amherst, Cambria Press, 2011, pp. 327-358.

As narrativas de antigos escravos mostram que a proclamação da emancipação marcou a memória de homens, mulheres e crianças escravizados. Mas, ao contrário das representações visuais, essas narrativas escritas sugerem que a proclamação não foi uma surpresa, e sim a confirmação de uma notícia há muito esperada pelos escravizados, como descreveu Booker T. Washington:

Foi um dia memorável e agitado para todos na nossa plantação. Estávamos esperando por isso. A liberdade estava no ar e tinha estado por meses a fio. [...] Na noite anterior ao dia agitado, foi enviada a notícia nas senzalas de que algo inusitado ia ter lugar na casa-grande na manhã seguinte. Dormiu-se pouco, ou quase nada, naquela noite. Tudo era excitação e expectativa. Cedo na manhã seguinte foi pedido aos escravos, velhos e novos, que se reunissem na casa-grande. Na companhia da minha mãe, irmão e irmã e um grande número de outros escravos, eu fui para a casa-grande. Todos os membros da família do senhor estavam lá sentados ou em pé na varanda da casa, de onde eles podiam ver o que estava para acontecer e ouvir o que era dito. Tinham um sentimento de profundo interesse, ou talvez de tristeza, nos seus rostos, mas não de amargura. Como eu agora lembro a impressão que eles me deram, eles não pareciam naquele momento tristes por causa da perda da propriedade, mas por causa da despedida daqueles que eles criaram e que foram muito próximos deles em muitos aspectos. A coisa mais clara da qual eu agora lembro em relação à cena era que um homem que parecia ser um estranho (um oficial dos Estados Unidos, eu presumo) fez um curto discurso e então leu um longo papel - a proclamação da emancipação, eu acho. Depois da leitura nos disseram que nós todos estávamos livres e podíamos ir onde e quando bem entendéssemos. Minha mãe, que estava de pé ao meu lado, inclinou-se e beijou seus filhos, enquanto lágrimas de alegria rolavam por suas bochechas²¹.

Como Mitch Katchun explica, a proclamação da emancipação foi comemorada com desfiles e festivais em vários lugares do norte ao sul dos Estados Unidos, por brancos e afro-americanos e mesmo por aqueles escravos que não tinham sido contemplados pelo decreto. Nos primeiros anos após a proclamação da emancipação, muitos afro-americanos não tiveram a oportunidade de comemorar a data em público porque a Guerra Civil continuava em algumas partes do Sul dos Estados Unidos, enquanto em outras regiões do país, onde a data era comemorada, os afro-americanos tinham consciência dos limites da proclamação de Lincoln²². Com o passar do tempo, a data ocupou um lugar de

21. Booker T. Washington, *Up from Slavery: With Related Documents*, Boston, Bedford/St. Martin's, 2003, pp. 48-50. Todas as traduções do inglês para o português são da autora.

22. Mitch Katchun, *Festivals of Freedom: Meaning and Memory in African American Emancipation Celebrations, 1808-1915*, Amherst, University of Massachusetts Press, 2003, pp. 118-119.

destaque entre as populações afro-americanas, ainda que outras datas relativas à emancipação, tais como o 16 de Abril em Washington, continuassem também sendo comemoradas nas esferas regionais²³.

Se nos anos após a emancipação muitos afro-americanos começaram a comemorar o 1º de Janeiro com missas, festas, festivais e desfiles, gradualmente a memória do decreto de Lincoln foi se cristalizando na esfera pública, primeiro com imagens publicadas em jornais e revistas ilustradas e mais tarde com a construção de monumentos e memoriais. Três iniciativas do gênero tiveram lugar em Washington. A primeira foi uma estátua representando Lincoln sozinho e de pé, colocada em 1868 em frente à fachada sul do edifício da District of Columbia City Hall, antiga prefeitura de Washington. A segunda iniciativa foi o Freedom's Memorial (Memorial da Liberdade), Freedmen's Memorial (Memorial dos Libertos) ou Emancipation Memorial (Memorial da Emancipação), que começou a ser planejado logo após a morte de Lincoln, em 1865. O Memorial da Liberdade, totalmente financiado por cidadãos afro-americanos, foi desenvolvido a partir de uma campanha para a construção de um memorial aos libertos. Segundo Kirk Savage, a campanha era uma "tentativa visível em termos de escultura pública de captar o espírito da Reconstrução, para traduzir em linguagem escultórica do corpo humano os princípios da liberdade que permaneciam abstratos ou apenas imagináveis"²⁴. A campanha de coleta de fundos para a construção do memorial foi iniciada por uma liberta chamada Charlotte Scott, que logo após a morte de Lincoln confiou ao seu antigo mestre uma doação de cinco dólares para o projeto em homenagem ao presidente que assinou a proclamação da emancipação. Embora as doações tenham vindo majoritariamente de afro-americanos libertos, principalmente veteranos da Guerra Civil, a iniciativa foi logo apropriada por uma agência privada administrada por cidadãos brancos, a Western Sanitary Commission (Comissão Ocidental Sanitária), que passou a gerir a campanha e tomar conta das doações recebidas²⁵. Após concurso, o artista escolhido para fazer o memorial foi Thomas Ball. Archer Alexander (1828-1880?), um antigo escravo fugitivo e emancipado em 1863, serviu como modelo para a

23. *Idem*, p. 117.

24. Kirk Savage, *Standing Soldiers, Kneeling Slaves: Race, War, and Monument in Nineteenth-century America*, Princeton, Princeton University Press, 1997, p. 89.

25. Essa informação também se encontra em uma das duas placas que acompanham o Memorial da Liberdade, cujos dizeres são: "Memorial da Liberdade. Em Memória de Abraham Lincoln. Este monumento foi erigido pelo Comissão Ocidental Sanitária de Saint Louis: Com fundos exclusivamente doados por cidadãos emancipados dos Estados Unidos declarados livres por sua proclamação de 1º de janeiro de 1863. A primeira contribuição de cinco dólares foi feita por Charlotte Scott, liberta de Virgínia, sendo seus primeiros ganhos em liberdade consagrados por sua sugestão e pedido, no dia em que soube da morte do presidente Lincoln, para construir um monumento à sua memória".

figura do liberto representada na escultura. Segundo William Greenleaf Eliot, seu patrão e também biógrafo, a liberdade de Alexander "veio diretamente das mãos do presidente Lincoln"²⁶.

Em 1875, depois de concluído o projeto, a estátua representando o emancipador branco e o emancipado negro foi moldada em Munique e enviada para os Estados Unidos no ano seguinte. O Memorial da Liberdade tornou-se uma das imagens mais populares da proclamação da emancipação (figura 2). Como em outras centenas de representações visuais da abolição da escravidão nas Américas, Lincoln aparece como o benfeitor que concede ao escravo negro o presente da liberdade. Porém, no memorial, o lugar ocupado pelo ex-escravo, então um homem livre, é ainda o da eterna submissão e gratidão. Ajoelhado aos pés do presidente, o homem negro, quase nu, reverencia o grande emancipador branco²⁷.

O Memorial da Liberdade foi finalmente inaugurado no dia 14 de abril de 1876, no parque Lincoln, em Washington. Frederick Douglass estava entre as presenças ilustres na cerimônia de inauguração. Segundo John Cromwell, historiador e professor da Universidade Howard, que também estava presente na cerimônia, Douglass fez menção à figura do homem negro do memorial apenas uma vez em seu discurso, declarando que a estátua "mostrou o negro de joelhos enquanto uma atitude mais viril teria sido indicativa de liberdade"²⁸. Nas décadas seguintes, a imagem do memorial se popularizou para além das fronteiras da capital nacional norte-americana, em cartões postais e selos comemorativos com a fotografia da estátua.

Em 1914, teve início a construção de um grande memorial em homenagem ao presidente Lincoln, localizado na Esplanada Nacional, coração de Washington. A construção ancorou de vez na memória americana a figura do presidente como grande emancipador. Inaugurado em 30 de maio de 1922, o edifício, na forma de um templo grego de estilo dórico, foi um projeto do arquiteto Henry Bacon (1866-1924), que, na época, já tinha um extenso currículo de projetos de memoriais e esculturas públicas²⁹. Dentro do memorial, cujos murais interiores foram pintados pelo muralista Jules Guérin (1866-1946), foi colocada uma grande escultura de mármore de 5,8 metros de altura intitulada *Abraham Lincoln* (1920), realizada pelo escultor Daniel Chester French (1850-1931) e esculpida pelos irmãos Picadilly. A escultura, representando o presidente sentado, foi posicionada na entrada do edifício, olhando na direção do obelisco do Monumento Washington, dando a

26. Ver a biografia de Archer Alexander, William G. Eliot, *The Story of Archer Alexander: From Slavery to Freedom, March 30, 1863*, Boston, Cupples, Upham and Company, 1885, p. 88.

27. Ver Marcus Wood, *op. cit.*, p. 17; Kirk Savage, *op. cit.*, capítulo 4.

28. Citado em Savage, *op. cit.*, p. 117.

29. Sobre o memorial de Lincoln, ver Christopher A. Thomas, *The Lincoln Memorial and American Life*, Princeton, Princeton University Press, 2002.

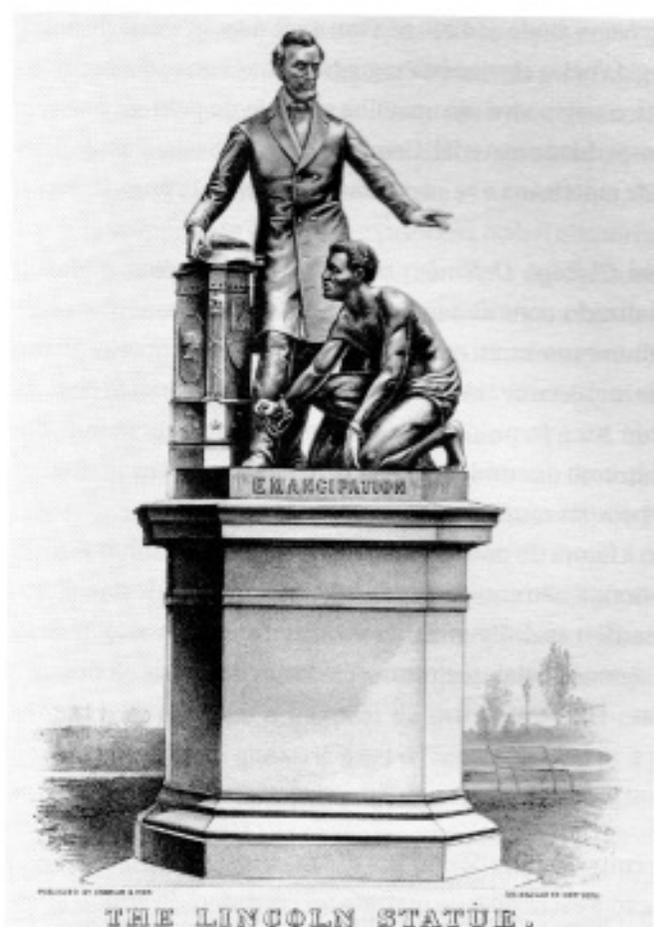


FIG. 2. Memorial da Liberdade (*Freedom's Memorial*), litogravura, Currier & Yves, c. 1876.

impressão de que Lincoln observa não somente os milhões de pessoas que a cada ano visitam o memorial, mas também o espelho d'água e os outros monumentos, representando a nação que se encontra na Esplanada Nacional. Como se a figura do presidente emancipador não fosse suficientemente poderosa, acima da escultura estão os dizeres: "Neste templo, como no coração do povo, em nome de quem ele salvou a união, a memória de Abraham Lincoln é consagrada para sempre"³⁰.

A estátua de Lincoln passou a velar os grandes atos públicos que tiveram lugar na frente do memorial e em torno do grande espelho d'água. Em 28 de agosto de 1963, Martin Luther King Jr. pronunciou seu discurso seminal "Eu Tenho um Sonho" nas escadas do Memorial Lincoln. Aos pés do Grande Emancipador, as palavras do discurso de King claramente afirmavam que cem anos depois da proclamação da emancipação, os afro-americanos continuavam excluídos pela segregação racial e discriminação social:

30. Epitáfio acima da escultura Abraham Lincoln, Memorial Lincoln, Washington.

[...] cem anos depois, o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda é fortemente restringida pelas algemas da segregação e as correntes da discriminação. Cem anos depois, o negro vive em uma ilha solitária de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda adoece nos cantos da sociedade americana e se encontra exilado em sua própria terra.³¹

Nas páginas do jornal *Chicago Defender*, o encontro de Lincoln e Martin Luther King Jr. foi imortalizado com as seguintes palavras: "Raramente a história testemunhou um momento mais emocionante, dramático ou eloquente que a hora em que o mais importante líder do movimento pelos direitos civis da América, dr. Martin Luther King Jr. pronunciou seu brilhante discurso, nos degraus do Memorial Lincoln com o semblante pensativo do Grande Emancipador olhando para as 300 mil pessoas reunidas ali"³².

Fazendo contraponto à figura do grande emancipador, Martin Luther King Jr. evocou o passado escravocrata não como testemunha de algo que ele não viveu, mas como alguém que herdou as desigualdades e a discriminação associadas a esse passado, como um agente social que outra vez dava voz aos descendentes das vítimas da escravidão.

Isabel, a redentora

Desde sua coroação como imperador do Brasil em 1840, D. Pedro II já tinha manifestado certa oposição à escravidão, e quando foi considerado adulto libertou os escravos que havia herdado. Porém, como vários historiadores já explicaram, ele não tinha poder constitucional para abolir a escravatura, decisão que devia passar pelo Parlamento, cuja maioria, liberal ou conservadora, era escravocrata³³. Provavelmente porque a escravidão era um pilar essencial da monarquia, aboli-la também poderia colocar em xeque o sistema monárquico. Na prática, o imperador não tomou nenhuma medida eficaz para pôr fim à escravidão³⁴.

A princesa Isabel, desde ao anos 1870, já tinha adquirido carisma entre a população negra e entre homens e mulheres escravizados. Em 1871, Isabel assinou a Lei Rio Branco, ou a Lei do Ventre Livre. Em 1884, a escravidão foi abolida nas

31. Martin Luther King Jr., "I Have a Dream" (discurso), 28 ago. 1963, em *The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy*, Yale Law School, Lillian Goldman Law Library. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/mlk01.asp. Acesso em: 13 fev. 2014.

32. "Rev. Martin Luther King's Speech was History Talking", 31 ago. 1963, p. 4.

33. Ver Peter Beattie, "Common Bedfellows? Brazilian Antislavery and Anti-Capital Punishment Efforts in Comparative Perspective", em Ana Lucia Araujo, *op. cit.*, 2011, p. 175.

34. Lilia Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 315.

provincias do Ceará e do Amazonas. Além disso, nos anos que precederam o fim da escravidão, escravos da região Sudeste do país fugiam em massa em um movimento de autoemancipação. Essa dinâmica, somada à importante oposição internacional ao único país das Américas que ainda mantinha viva a escravidão, tornou a abolição um fato inevitável.

Nas vésperas da abolição, a princesa Isabel adquiriu a reputação de proteger os escravos fugidos, entre eles os membros do chamado "quilombo do Leblon", cujos membros produziam camélias usadas na lapela pelos abolicionistas³⁵. A própria princesa apareceu em público usando na lapela do vestido uma das camélias que se tornaram exemplos da luta abolicionista. Em 4 de maio de 1888, dias antes da assinatura da lei, segundo o que o abolicionista negro André Rebouças registrou em sua caderneta pessoal, "catorze africanos fugidos" das fazendas vizinhas almoçaram no Palácio Imperial de Petrópolis, que seria responsável por promover o esquema de fuga³⁶.

Apesar de sua proximidade com o movimento abolicionista nos meses antes da abolição, como mostrou Lília Moritz Schwarcz, foi no próprio dia 13 de Maio, quando da assinatura da Lei Áurea, que o abolicionista José do Patrocínio contribuiu para divulgar a imagem da princesa Isabel como "redentora", imagem que deu origem ao que viria a ser o "isabelismo", que, a partir de então, transformou a abolição em um presente da princesa Isabel aos escravos³⁷. Embora em livro recente Marcus Wood tenha afirmado de forma equivocada que Joaquim Nabuco ainda é o rosto da abolição da escravidão no Brasil, de fato Nabuco nunca ocupou um lugar central tanto na história oficial como na memória coletiva da abolição brasileira³⁸. A figura da princesa Isabel como redentora passou a se

35. Ver Eduardo Silva, *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: uma Investigação de História Cultural*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003; e Maria Helena Pereira Toledo Machado, "De Rebeldes a Fura-greves: as Duas Faces da Experiência da Liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos da Pós-emancipação", em Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 267.

36. Sobre o envolvimento da princesa Isabel no movimento abolicionista, ver, entre outros, Robert Daibert Junior, *Isabel, a "Redentora" dos Escravos: uma História da Princesa entre Olhares Negros e Brancos, 1846-1988*, Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004; e Eduardo Silva, *op. cit.*

37. Lília Moritz Schwarcz, *op. cit.*, p. 438; e, da mesma autora, "Dos Males da Dádiva: sobre as Ambigüidades no Processo da Abolição Brasileira", em Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *op. cit.*, pp. 25-26.

38. Ver Marcus Wood, *op. cit.*, p. 17. Wood provavelmente chegou a essa conclusão baseado na análise de um pequeno número de imagens em revistas ilustradas do final do século XIX e mesmo anteriores à abolição. Embora em todo o país ruas e praças tenham o nome de Joaquim Nabuco, os manuais escolares do século XX e a iconografia popular, incluindo selos, moedas e cédulas de dinheiro, representam a princesa Isabel como a grande redentora. O único monumento mais expressivo em homenagem a Joaquim Nabuco, inaugu-



FIG. 3. *Revista Illustrada*, 29 jul. 1888, p. 1. Desenho de Angelo Agostini.

fixar na memória pública, tornando-a muito popular entre brancos e negros no Brasil. Além disso, na cultura popular, a imagem da princesa redentora tinha como contraponto a imagem dos escravos agradecidos. Um exemplo disso é o desenho de Angelo Agostini (1843-1910) na capa da *Revista Illustrada* de 29 de julho de 1888 (figura 3). A imagem mostra homens e mulheres provavelmente libertos que se dirigem alegremente em fila para depositar camélias diante de um retrato emoldurado da princesa, onde é possível ler na margem inferior "S. A. I. D. Isabel: A Redemptora"³⁹.

Desde 1889, o 13 de Maio foi comemorado de norte a sul do país com festas e desfiles, incluindo várias manifestações religiosas, dança e música afro-brasileiras, como candomblé, maculelê e samba de roda⁴⁰. A criação de dezenas de clubes

rado em 1915, se encontra em Recife, longe das esferas centrais do poder, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

39. *Revista Illustrada*, ano 13, n. 507, p. 1, 29 jul. 1888.

40. Matthias Röhrig de Assunção, *Capoeira: the History of an Afro-brazilian Martial Art*. London/New York, Routledge, 2005, p. 102.

sociais negros batizados com o nome "Treze de Maio" aconteceu na mesma época. Além disso, em todo o Brasil, muitas praças e avenidas também receberam o nome "Princesa Isabel". Com o fim da monarquia em 1889 e principalmente após sua morte, a imagem da princesa passou a ser preservada através de iniciativas mais oficiais e de caráter permanente. Em 1925, os restos mortais de D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina foram repatriados de Portugal para o Brasil. Em 1939, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas inaugurou o mausoléu imperial situado na catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Os restos mortais do imperador e da imperatriz foram depositados em um mausoléu, cujas esculturas em mármore representam os dois monarcas deitados. Em 1953, os restos da princesa Isabel e de seu marido conde d'Eu também foram trazidos da França para o Brasil, tendo sido depositados na catedral metropolitana do Rio de Janeiro. Somente em 1971 os mausoléus da princesa e do conde, esculpidos por Humberto Cozzo (1900-1981) foram finalizados. Em 9 de maio 1971, foram transportados para a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, também no Rio de Janeiro, onde ficaram expostos por três dias para que os devotos da igreja, a maioria negros, pudessem ver os restos mortais da redentora. Em 12 de maio de 1971, um dia antes do aniversário da abolição, os restos da princesa Isabel e do conde d'Eu foram finalmente levados ao mausoléu imperial acompanhados por cortejo de centenas de pessoas. Na catedral de Petrópolis, foram colocados em dois jazigos separados, um de cada lado dos túmulos do imperador e da imperatriz. As reproduções em gesso pintado do mausoléu de mármore original da princesa Isabel e do imperador D. Pedro II se encontram até hoje em meio a fotografias, ilustrações e outras imagens representando a princesa em uma sala do Museu do Negro, instituição da irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizado no centro do Rio de Janeiro em um prédio adjacente à igreja da irmandade⁴¹.

Esse talvez tenha sido um dos últimos grandes acontecimentos populares celebrando a memória da princesa Isabel. Nos idos dos anos 1980, a narrativa da abolição brasileira como um presente dado pela princesa era amplamente questionada⁴². Matthias Röhrig Assunção enfatiza que por muito tempo, nas rodas de

41. Marcus Wood comenta o episódio da exposição dos restos mortais de Isabel e conde d'Eu em 1971, mas comete erros grosseiros, como ao afirmar que os restos dos monarcas foram expostos em uma pequena sala do Museu do Negro por duas semanas, e não na igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos por três dias, como aconteceu na realidade. Ver Marcus Wood, "The Museu do Negro in Rio and the Cult of Anastácia as a New Model for the Memory of Slavery", *Representations*, n. 113, pp. 126-127, 2011.

42. O mais importante estudo exaltando a princesa como redentora é de autoria de Pedro Calmon, *A Princesa Isabel: A 'Redentora'*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941. Nos últimos dez anos vários trabalhos questionaram essa antiga imagem, entre eles: Roderick Barman, *Princess Isabel of Brazil: Gender and Power in the Nineteenth Century*, Wilmington, SRBooks, 2002. Em português, entre os trabalhos mais recentes estão, de Ro-

capoeira, a princesa foi enaltecida como a emancipadora filantrópica. Entre as canções que a exaltavam, uma delas dizia:

Salve!
Salve a nação brasileira
Salve princesa Isabel, ô meu Deus
Que me levou do cativoiro⁴³.

Mas, durante os anos 1980, quando o papel da princesa como redentora passou a ser reavaliado na historiografia e também pelo movimento negro, suas representações na cultura popular sofreram mudanças. Em vez de enaltecê-la, as ladainhas de capoeira passaram a criticar a princesa redentora⁴⁴. Começa então a emergir tanto na cultura popular quanto nos discursos dos ativistas do movimento negro a narrativa de que a abolição nunca aconteceu, porque a população afro-brasileira permaneceu socialmente e economicamente excluída⁴⁵. Principalmente a partir dos anos 1970, o movimento negro, que se reconstruía durante o período de abertura do regime militar, passou a comemorar o 20 de Novembro, data da morte de Zumbi de Palmares, no lugar do 13 de Maio. Essa mudança também passou a ser perceptível a partir do fim dos anos 1980. Em 1988, ano do centenário da assinatura da Lei Áurea, a escola de samba Mangueira apresentou nos desfiles do primeiro grupo do Rio de Janeiro o tema “Cem Anos de Liberdade, Realidade e Ilusão”, com enredo de autoria de Hélio Turco, Jurandir e Alvinho. No ano que marcava a transição democrática, a letra do samba dizia:

Será...
Que a Lei Áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada

bert Daibert Junior, *Isabel, a “Redentora” dos Escravos*, *op. cit.*; *Princesa Isabel (1846-1921): a “Política do Coração” entre o Trono e o Altar*, tese de doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; “A Princesa Isabel no Cenário Imperial: a Lei Áurea e o Abolicionismo Católico”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 171, n. 446, pp. 93-124, 2010; e de Maria Luiza de Carvalho Mesquita, *O “Terceiro Reinado”: Isabel de Bragança, a Imperatriz que Não Foi*, dissertação de mestrado, Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2009.

43. Gregory John Downey Jr., *Incorporating Capoeira: Phenomenology of a Movement Discipline*, tese de doutorado, Chicago, Universidade de Chicago, 1998, p. 91.

44. Matthias Röhrig de Assunção, *op. cit.*, p. 3.

45. Ana Lucia Araujo e Francine Saillant, “L’esclavage au Brésil: le travail du mouvement noir”, em Michèle Baussant (org.), “Mémoires plurielles, mémoires en conflit”, *Ethnologie Française*, vol. XXXVII, n. 3, p. 463, 2007; Hebe Maria Mattos e Ana Maria Lugão Rios, *Memórias do Cativoiro: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-abolição*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 290.

Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil
Sonhei que Zumbi dos Palmares voltou
A tristeza do negro acabou
Foi uma nova redenção.

Na década de 1990, as ladainhas de capoeira também registram o mesmo tipo de mudança na narrativa da abolição da escravidão, com o nome do guerreiro Zumbi substituindo a imagem da princesa redentora:

Rei Zumbi dos Palmares
A história nos enganou
Diz tudo pelo contrário
Até diz [que] abolição
Aconteceu no mês de maio
A prova dessa mentira
É que da miséria eu não saio
Viva 20 de novembro
Momento pra se lembrar
Não vejo em 13 de maio
Nada pra comemorar
Todo tempo se passar
E o negro sempre a lutar
Zumbi é nosso herói
Zumbi é nosso herói, colega velho
Do Palmares foi senhor
Pela causa do homem negro
Foi ele que mais lutou
Apesar de toda luta, colega velho
O negro não se libertou, camará!⁴⁶

Em 1995, o tricentenário da morte de Zumbi foi amplamente comemorado no Brasil. Mais tarde, em 2003, uma lei federal estabeleceu 20 de novembro

46. Gregory John Downey Jr., *op. cit.*, p. 131.



FIG. 4. Monumento em homenagem a Princesa Isabel, de autoria de Edgard Duvivier. Rio de Janeiro, Brasil. Fotografia: Ana Lucia Araujo, 2009.

como Dia da Consciência Negra. Ao longo dos anos, tornou-se uma data oficial de comemoração e feriado em duzentas cidades brasileiras. A seleção de Zumbi como símbolo da cultura afro-brasileira e da luta pelos direitos civis deu ao escravo uma nova imagem, a do herói resistente.

Apesar disso, em maio de 2003, durante as comemorações do 115º aniversário da assinatura da Lei Áurea, sob os protestos de ativistas do movimento negro, uma escultura de bronze (figura 4) representando a princesa Isabel foi instalada na avenida Princesa Isabel, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Nos anos 1960, outro monumento modernista em forma de obelisco em homenagem à princesa tinha sido colocado ali, mas depois de uma reforma da avenida foi removido e demolido. A estátua inaugurada em 2003, medindo 2,5 metros e pesando quatrocentos quilos, é um trabalho do escultor Edgard Duvivier. Como nas representações tradicionais, a escultura representa a princesa como a redentora, segurando a pena com a qual assinou a Lei Áurea em 1888, ressuscitando mais uma vez a visão oficial da abolição da escravidão no Brasil. A construção do monumento foi o resultado de uma iniciativa de César Maia, do Partido Democratas, prefeito da cidade do Rio de Janeiro na época. Localizado sobre um canteiro, o monumento, ao contrário do Memorial Lincoln, não é um local de reflexão e passa facilmente despercebido pelos transeuntes.

Conclusão

A memória da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil passou a ocupar o espaço público de maneira mais significativa a partir da década de 1990. No entanto, uma análise da história dessa memória pública mostra que as figuras do Grande Emancipador Abraham Lincoln e da princesa Isabel, a "Redentora", ocuparam por dezenas de anos um lugar importante no espaço público e na cultura popular brasileira e estadunidense. No entanto, desde os anos 1980, a memória pública da princesa Isabel aos poucos foi se esvaindo e sendo substituída pela imagem do guerreiro Zumbi dos Palmares. No caso dos Estados Unidos, a memória pública de Lincoln ainda permanece muito forte. Provavelmente por ser uma figura masculina, que teve um papel central para unificar a nação dividida pela questão escravista, mesmo entre a comunidade afro-americana até hoje não houve a emergência de outra figura que pudesse se contrapor à memória de Lincoln como o grande emancipador.